



Anais da Assembléia

Nº 136

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 99.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1990

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Lauro Lobo Alcântara.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur e Rubens Bueno (28). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Rafael Greca, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (26).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.- Aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Me-

sa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

21 Senhores Deputados responderam à chamada.

Aprovada a Ata.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Qual foi o resultado do requerimento do Deputado Nereu Massignan? Ele requereu verificação de votação. Quantos votaram a favor e quantos contra?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Vinte e um Senhores Deputados, porque a Presidência solicitou que permanecessem todos os Senhores Deputados sentados e o resultado nenhum se levantou. Então, são vinte e um votos a favor.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Eu só queria ouvir o resultado.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs DTL/SAT/313, 314, 315, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325 e 326/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

483/90: Do Tribunal de Justiça, que reajusta, a partir de 1º de setembro de 1990, em 43%, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário, o qual convertido em Lei tomou o nº 9424.
Anote-se - Arquive-se.

484/90: Do Tribunal de Justiça, que fixa os níveis de vencimentos dos cargos em comissão do Poder Judiciário, o qual convertido em Lei tomou o nº 9425.
Anote-se - Arquive-se.

485/90: Do Tribunal de Contas, que reajusta, a partir de 1º de setembro de 1990, em 43%, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9426.

Anote-se - Arquive-se.

016/90: De autoria do Deputado Antônio Annibelli, que dispõe sobre a obrigatoriedade nos supermercados estabelecidos no território paranaense, de uma balança de precisão na saída de caixas, o qual convertido em Lei tomou o n° 9427.

Anote-se - Arquive-se.

065/89: De autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Terra Roxa, o qual convertido em Lei tomou o n° 9428.

Anote-se - Arquive-se.

304/90: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense dos Ostomizados (APO), sociedade civil representativa de classe, com sede e foro à Rua Marechal Floriano Peixoto, n° 250 - 11° andar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9429.

Anote-se - Arquive-se.

326/89: De autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Farol, com sede e foro no Distrito de Farol, o qual convertido em Lei tomou o n° 9430.

Anote-se - Arquive-se.

339/89: De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o n° 9431.

Anote-se - Arquive-se.

389/89: De autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública estadual a Associação das Pessoas Deficientes de Doutor Camargo, com sede e foro no município de Doutor Camargo - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9432.

Anote-se - Arquive-se.

358/89: De autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública a Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão - COMCAM, o qual convertido em Lei tomou o n° 9433.

Anote-se - Arquive-se.

490/90: De autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Marcos Olsen, o qual convertido em Lei tomou o n° 9435.

Anote-se - Arquive-se.

462/90: De autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Estudos Espeleológicos do Para-

ná - AÇUNGUI, com sede e foro na cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9434.

Anote-se - Arquive-se.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 138/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Corbélia, para que a população decida sobre a criação do Município de Iguatu.

"O Município, tem como ponto inicial e final a Foz do Rio Novais no Rio Piquiri. Do ponto inicial sobe pelo Rio Novais até a Foz do Córrego Taquarussu, sobe por este até a sua nascente, da sua nascente em linha reta e seca no sentido da mesma até a Estrada Iguatu-Braganey, por esta até a Estrada Corbélia-Iguatu, por esta até a ponte sobre o Rio Rebouças ou Sapucaí, desce por este até a sua Foz no Rio Piquiri, subindo por este até a Foz do Rio Novais ponto inicial".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando, à Mesa, cinco pedidos de informações aos Secretários das áreas específicas.

O primeiro deles tem o seguinte teor: Súmula: Pedido de informações à Secretaria de Estado da Saúde, conforme especifica.

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a aprovação do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, nos seguintes termos:

1) Qual a verdadeira razão de ter-se dispensado a concorrência pública para a instalação das "áreas limpas, para produção de soro" no Hospital São Roque?

2) Por que razão não se deu atendimento do parecer técnico, que exigia ficasse comprovada a exclusividade da empresa contratada?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou dando entrada à Mesa de um requerimento o qual passarei a ler.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de Expediente à FUNAI, IBAMA, ao Secretário Nacional do Meio Ambiente e ao Presidente da República, em atenção à situação dramática dos índios Avá-guarani, em nosso Estado.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas faculdades regimentais, e tendo em vista o que dispõe a Constituição brasileira e paranaense e, ainda,

CONSIDERANDO

01 - Que o Procurador da República Clémerson Merlin Cléve ajuizou, perante o Juízo Federal de Foz do Iguaçu, Ação Civil Pública em defesa dos índios Avá-guarani, bem assim como onde se inserem;

02 - Que os remanescentes da etnia Avá-guarani tendo experimentado todas as compulsões, conseguiram chegar ao século XX ilhados em meio à população nacional. A saga desse povo tem sido objeto de referência na imprensa escrita (Jornal Fronteira do Iguaçu de 16.12.75; Jornal do Brasil de 05.01.76. O Estado de São Paulo de 08.11.78 e 24.03.79 e o Estado do Paraná de 11.03.90). A imprensa vem chamando a atenção para os "azares" que a história tem reservado para essa gente;

03 - de qualquer forma, sobrevivendo a seu modo e encurralados pelo contínuo processo de colonização que, espetacularmente, mudou a face do Oeste paranaense, detinha esse povo posse imemorial sobre uma área considerável nas margens do Rio Paraná;

04 - que com a construção da represa de Itaipu os Avá-guarani que habitavam áreas que sofreriam inundações foram removidos. Reivindicaram sempre outra área equivalente, empreitada em que contaram com o apoio de instituições como o CIMI - Conselho Indigenista Missionário e a Comissão Justiça e Paz;

05 - que por acordo firmado em maio de 1982, a comunidade Avá-guarani, em face da iminência da inundação do reservatório de

Itaipu, aceitou a área oferecida pela Itaipu Binacional, no local Jacutinga Ocoí, município de São Miguel do Iguaçu. A área, de 253 hectares, apenas com imensa dificuldade, pode servir à finalidade de agasalhar o povo Avá-guarani;

06 - que o Ministério Público Federal estuda os meios para buscar a satisfação da pretensão indígena;

07 - que vivendo numa situação de penúria e miséria, encontram-se os índios obrigados a vender a madeira extraída da reserva até para comprar sal ou açúcar. Mas a questão ambiental constitui mero reflexo da situação vivida por este povo;

08 - que habitam na reserva pouco mais de duzentas pessoas. A área da reserva não é superior a 250 (duzentos e cinquenta) hectares, formando um braço contínuo comprimido entre as propriedades dos colonos e o Lago de Itaipu. Da terra não conseguem tais índios retirar os recursos necessários para a satisfação de suas necessidades mais elementares;

09 - que para manter a vida indígena que têm sido obrigados a suportar, necessitam trabalhar para os colonos vizinhos como bóia-frias. Ou então, sucumbem à sedução dos madeireiros e carvoeiros, vendendo a preços irrisórios a madeira que resta na reserva;

10 - que entende o Ministério Público Federal e também os integrantes deste Poder que sem a solução da miséria a que tem suportado o povo Avá-guarani não se resolverá a questão ambiental. Não bastasse a fome, também a doença consome os últimos remanescentes da etnia, já que o Lago de Itaipu tem servido para a proliferação do inseto transmissor da malária e, por isso, num grupo de pouco mais de duzentas pessoas - presume-se - pelo menos cinquenta já apresentam sinais de doenças;

11 - que só estes dados são suficientes para demonstrar que do estado de miséria em que se encontram os Avá-guarani repercute o drama relativo ao corte de árvores da reserva indígena;

12 - que o Procurador da República no Paraná já tomou providências na sua alçada, continuando estudos em Brasília, a possibilidade de remoção da população Avá-guarani para uma área pelo menos equivalente àquela que possuía antes da inundação pelo lago de Itaipu;

13 - o que preceitua o artigo 231 da Constituição Federal: "São reconhecidos

3) Como se deu esse pagamento se não houve ratificação governamental?

Segundo requerimento, ainda da área da Saúde:

Súmula: Requer pedido de informações da Secretaria de Saúde, sobre seringas descartáveis.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER aprovação do Plenário, para encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde o seguinte pedido de informações:

1) - Quais as quantidades de "agulhas e seringas IBRAS-CBO", que foram apreendidas e interditadas pelo Centro de Saneamento e Vigilância Sanitária, em 24.04.90, bem como o atual destino daquele material?

2) - Este material, adquirido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, foi obedecendo que modalidade de aquisição? Houve concorrência pública? Quem recebeu referido material? Qual a quantidade comprada e qual a que chegou a ser usada? Em quais locais e cidades foram usadas?

3) - Quais as providências tomadas pelo Governo do Paraná, após a interdição do material no sentido de ressarcimento pelos prejuízos verificados?

Ainda na Secretaria de Saúde:

Súmula: Pedido de informações à Secretaria de Saúde, sobre as obras de edificação da Central de Apoio SUDS/Capanema.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a expressa manifestação do Plenário para aprovar o presente pedido de informações, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, nos seguintes termos:

1) Quais as razões, que levaram a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, a colocar em risco de vida os operários que trabalhavam nas obras de construção da Central de Apoio do SUDS/Capanema, por não terem sido executados no devido e apropriado tempo, a drenagem e coleta das águas pluviais?

2) Descrever minuciosamente de que se compõe esta Central de Apoio, quantos baracões, sua destinação e especificação, custo de cada etapa da obra, quais foram licitadas, quais dispensada licitação e razões disso, bem como previsão para seu funcionamento.

Na área da Secretaria de Segurança Pública:

Súmula: Pedido de informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública sobre a aquisição de materiais não urgentes e ainda materiais para veículos Monza, não existentes na frota da Polícia Militar.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, e ao Excelentíssimo Senhor Dr. Secretário de Estado da Segurança Pública Moacir Favetti, nos seguintes termos:

1) Qual o motivo de se pedir dispensa de licitação alegando urgência para materiais que não traduzem urgência?

2) Por que razão não se deu atendimento ao parecer técnico, que determinava a devolução do processo ao Secretário da Segurança Pública para os devidos procedimentos legais?

3) Como se deu esse pagamento se não houve ratificação governamental?

Pedido de Informações à Imprensa Oficial do Estado.

Súmula: Requer pedido de informações sobre despesas de publicidade do Porto de Paranaguá.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação do Plenário, para solicitar do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, o seguinte pedido de informações:

1) - Pela Nota de Empenho e Ordem de Pagamento, n. 1257 de 22.06.90, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, pagou a importância de Cr\$ 6.960.000,00 (seis milhões e novecentos e sessenta mil cruzeiros) pela edição de uma revista educativa, pergunta-se: a) - Qual o título desta Revista; qual o número de páginas; qual a tiragem e quem é autor da mesma?

2) - Quem recebeu a importância do referido pagamento? O mesmo foi efetuado em moeda corrente ou cheque? Se em cheque, quem o nominado ou se foi ao portador?

3) - Remeter um exemplar da revista com a resposta deste pedido de informações.

Estes, Senhores Deputados, Senhor Presidente, os pedidos que estamos encaminhando. Esperamos que tenham a devida resposta no prazo de trinta dias.

Comunicamos também a esta Presidência que cópias destes documentos serão encaminhados à Comissão de Fiscalização desta Assembléia para verificar as irregularidades constatadas na Secretaria de Saúde, na Imprensa Oficial do Estado e na Secretaria de Segurança Pública, onde repito, se compram peças para veículos Monza para reposição na frota da Polícia Militar, que não usa este tipo de veículo.

Muito Obrigado.

aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens";

14 - também o dever imposto pelas Constituições aos representantes da população, detentores de mandato, de zelar pela natureza e por esses remanescentes étnicos;

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembleia Legislativa do Paraná à FUNAI, IBAMA, Secretaria Nacional do Meio Ambiente e ao Presidente da República do Brasil, solicitando providências no seguinte sentido:

- a) Fazer cessar o desmatamento na reserva Indígena de Ocoí;
- b) reflorestar a área já desmatada;
- c) desenvolver rigoroso inquérito e fiscalização, a fim de coibir e punir a prática de desmatamento;
- d) socorrer, prestar assistência e integral apoio (serviços médicos e prestação de alimentos) aos índios Avá-guarani;
- e) verificação da situação de exploração subumana e quase escrava dessa gente Guarani pelos madeireiros, carvoeiros e proprietários de terras;
- f) garantia dos direitos humanos e constitucionais da população em questão;
- g) Agilização do processo de remoção do povo Avá-guarani para uma área, pelo menos idêntica àquela que originariamente ocupavam.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Procurador da República no Paraná, ao Conselho Indigenista Missionário e à Comissão Justiça e Paz, bem como ao Governador do Paraná.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em
Sala das Sessões, em 12.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO
Deputado Estadual

Esperamos Senhor Presidente, Senhores Deputados, que essas autoridades na verdade, entendam esta situação, vejam a situação de penúria desta etnia Avá-Guarani, que está enfrentando já o problema do inseto transmissor da malária, está sofrendo com uma pequena área que lhe restou, não havendo quase nenhuma outra alternativa de sobrevivência e é necessária que dentro do que preceitua a Constituição do País, que através do seu artigo 231, que sejam evidentemente reconhecidos os direitos desses índios que tanto necessitam evidentemente da atenção das autoridades brasileiras.

Por isso, estou entregando à Mesa hoje, este requerimento, esperando que, evidentemente encontre a devida guarida por

parte dessas autoridades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago esta tarde um assunto que merece ser registrado nesta Casa, que se refere à questão da Previdência Social.

Quando nós vemos e quando presenciamos e ouvimos por diversas vezes os discursos do Governo Federal dando ao aposentado uma condição digna de ser humano, nós passamos na prática e constatamos que os benefícios prometidos pelo Governo Collor não são reais, não se concretizam na prática.

As filas enormes dos miseráveis continuam, continua a penúria, sem assistência nenhuma, o trabalhador que dá quase meio século de sacrifício, pensando em garantir, no futuro, a sua aposentadoria.

O que surpreende a nós, Parlamentares, o que surpreende à população responsável, é a postura do Presidente da República, que fala, discursa, usa os meios de comunicação, usa a propaganda, usa a mídia, que aliás é cara, milionária, paga em dólares, para dizer uma coisa e realizar outra.

Agora, quando nos deparamos com a Medida Provisória 249, que estabelece benefícios, aprovada pelo Congresso, em seguida vetada pelo Presidente da República. Só alguns itens, como na questão do 13º salário, que o aposentado sonhava com o benefício, no mês de dezembro e mais a diferença do ano de 1989, o que é que o Senhor Collor fez? Só o 13º, tirando a diferença que era de direito dos aposentados.

Na questão dos reajustes das aposentadorias, com mais de um salário-mínimo, pelo plano, pelo Projeto, seriam os reajustes mensais baseados pelo índice de custo de vida do DIEESE. E pela Medida Provisória, a partir deste mês, com base na variação bimestral, do índice da cesta básica.

Pensionistas: a viúva teria direito a cem por cento da aposentadoria do marido. Na Emenda, no corte, a viúva continua com direito a sessenta por cento da aposentadoria do marido, ao invés de cem por cento.

Aposentados de 05.10.88 a 31.12.90, o Projeto original dizia: revisão de todos os benefícios, de acordo com os novos critérios de cálculo e pagamento das diferenças devidas. O que é que diz a Medida Provisória? Não haverá revisão!

E continuando as propagandas, enganando este povo! Aposentadoria das mulheres:

direito à aposentadoria proporcional, com 25 anos de serviços. O que diz a Medida Provisória? Não concede este direito, não! As mulheres não têm o direito de se aposentar, no Governo Collor.

Novas aposentadorias, é o outro item, na Mensagem Oficial. O Projeto, aprovado pelo Congresso: correção, mês a mês dos trinta e seis últimos salários de contribuição, pelo índice de Preços ao Consumidor. Na Emenda: ou seja, na Medida Provisória 249, a correção, mês a mês, dos últimos trinta e seis salários de contribuição, pelo índice...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu solicito um aparte de V.Exa.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Logo em seguida, Deputado.

Pensões vitalícias rurais: aquela demagogia com o nosso agricultor, com o nosso colono, homem do campo; e mesmo urbano.

Projeto aprovado, nenhuma aposentadoria ou pensão será inferior ao salário-mínimo. Essa proposta foi conseguida, com dificuldade na Assembléia Nacional Constituinte, transformando-se em Lei, que deveria ser cumprida. O que diz então a Medida Provisória do Sr. Collor? Nenhuma aposentadoria ou pensão será inferior ao salário-mínimo, a partir de janeiro de 1991. Comeram um ano do povo!

Eu concedo o aparte ao nobre Deputado Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Obrigado, Deputado.

Ilustre Deputado José Rogério de Carvalho, eu chego a analisar hoje de que o Presidente Sarney fez, neste país, o seu sucessor. Chego a esta conclusão quando nós tivemos a oportunidade de presenciar os programas eleitorais e as críticas dirigidas ao ex-Presidente Sarney e as providências que o atual Presidente da República prometia à Nação brasileira em relação aos desmandos, o descaso do ex-Presidente Sarney.

Em apenas 8 meses nós não vimos o ex-Presidente Sarney, na cadeia, como havia prometido o atual Presidente da República, Fernando Collor de Mello. Não se apurou nenhuma responsabilidade com relação às corrupções que eram afirmadas pelo atual Presidente da República, nos órgãos do Governo Federal.

Criticava-se as viagens do ex-Presidente da República, constantemente, mas hoje nós estamos vivendo a mesma história, ou pior! O País está desgovernado, a fome e a miséria cada vez mais com os brasileiros!

Nós sentimos, meu caro Deputado, pelo campo o desalento do agricultor brasileiro

hoje, nós sentimos e sabemos de quantos óbitos registrados, neste País, em função do dinheiro brasileiro seqüestrado, por uma medida ditatorial, mexendo com as finanças do povo brasileiro.

E hoje nós estamos vivendo situações impossíveis, porque não podemos viver apenas de ilusão e apenas de transformação de políticos, via imprensa, nós temos que viver a realidade! Está aí o exemplo, isenção do IPI do cigarro, quando não há isenção dos juros ao agricultor, quando não há nenhuma participação do Governo Federal pela falência que nós estamos vivendo hoje das empresas, o desemprego.

Aonde estão os descamisados, que foram a bandeira que o nosso atual Presidente da República ostentou na campanha? Os descamisados, parte deles, já nem convivem conosco pela fome e pela miséria de não terem alimentação para si e para seus filhos!

Nós não podemos mais viver na situação que vivemos com o Presidente da República tentando, mais uma vez, enganar a consciência do povo brasileiro!

Aonde está o Congresso Nacional, o Senado da República que aprovou os 12% de juros, e hoje nós já sentimos, na nossa região, pessoas perdendo propriedades, o desemprego aumentando, mandando funcionários para a rua porque não conseguem mais sustentar a sua empresa, não conseguem pagar a taxa de juro, uma vez na Constituição determinada 12%.

Eu parablenizo V.Exa., e mais eu digo que hoje, infelizmente, nós estamos vivendo o episódio do ex-Presidente Sarney, em apenas 8 meses. E eu espero que, no Congresso Nacional, esses novos Deputados possam dar um paradeiro nisso, porque o povo não tem condição mais de sustentar essas mentiras! Nós queremos políticos que tenham seriedade e acima de tudo tenha responsabilidade com o povo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Continuando, para concluir, Sr. Presidente, na mensagem oficial o Congresso aprovou que doze milhões de empregados e trabalhadores rurais passariam a ter acesso aos benefícios da Previdência. Mais uma na medida provisória este Presidente esquece dos compromissos assumidos em todos os Estados, com seus eleitores, principalmente a população mais sofrida, dependente, ele esquece, na hora de assinar a medida provisória ele diz, não, não concedo esse direito.

Na questão da administração da Previdência a necessária e a luta há mais de vinte e cinco anos talvez, neste País se lute pela participação dos trabalhadores da administração da Previdência. Qualquer partido sério, trabalhista, tem essa pro-

posta. E nós vemos quando o Presidente ao assinar não permite a participação de trabalhadores e aposentados. É um esquecimento rápido, são somente oito meses de Governo. Está ruim, está mal de memória este Presidente. É preciso que o Parlamento, que as forças sociais, a população organizada em sindicatos, a igreja, se levantem em favor desse segmento importante da população que são os aposentados, dependentes dessa mixaria que recebem no fim do mês, em filas enormes, sem direito a nenhum atendimento.

O Sr. Paulo Furiati - Concede-me um aparte, nobre Deputado.
(Assentimento).

V.Exa. comenta a gestão deste País por esta farsa que é chamado Collor de Mello. A grande realidade é de que fez-se uma campanha presidencial apoiada num esquema de mídia, num esquema eletrônico, num discurso vazio e sem passado que pudesse sustentar uma proposta de reformulação Nacional. Tomou-se o dinheiro do povo. Estabeleceu-se um discurso de fantasias, de asa delta e de passeio de motocicleta. E não há dúvida de que qualquer cidadão com o mínimo de capacidade, de visão, veria que atrás desse processo político que se instalou estava instalada a farsa que foi montada pelo Presidente Collor. Aquilo que ele falava do Presidente Sarney é fichinha pelo que ele faz hoje, quando mais da metade de seus Ministros passeiam pelas rotas deste mundo inteiro, quando o Presidente leva na sua comitiva para o Japão repórteres, assessores, e as mesmas críticas que ele fazia do Presidente Sarney. Ele na prática comete mais deslises muito mais profundos. Mas o fundamento da crise brasileira está concentrada num modelo de processo e de política econômica que pretende acabar com a inflação eliminando-se o dinheiro em circulação. Diferente de outros Países da Europa que atravessaram processos inflacionários como a Alemanha e que em tempos curtos conseguiram levantar o País. Diferente destes países o Brasil se afunda mais na crise, porque junto com as soluções técnicas da economia falta produção. E um País que não produz não consegue combater a inflação. E nós estamos vivendo um momento difficilimo para a vida Nacional porque nós não vivemos mais a inflação pura e simples. A diferença entre o desastre do Governo Sarney e a catástrofe do Governo Collor estará na estagnação, que é a inflação com a economia parada. No desastrado governo Sarney havia uma inflação altíssima, mas reconhecida pelos economistas, de que havia produção e dinheiro em circulação. No governo Collor existe uma inflação brutal com a economia parada.

As previsões dizem que este País chorará lágrimas de sangue, no meses de fevereiro, março, abril e maio, porque os salários estagnados, as empresas quebraram e a economia e o capital internacional tomando conta desta Pátria de uma forma sutil e escondida no discurso da esperança do futuro.

O que acontece em termos de miséria neste País, nos dias atuais é café pequeno, do que vai acontecer no ano que vem, se perdurar esta política antipovo, incompetente e mentirosa do Presidente Fernando Collor.

Os atos e as denúncias de corrupção estão na praça. O último caso da denúncia do ex-Presidente da Petrobrás, virou um espetáculo pífilo, quando o Presidente, para salvar a sua imagem foi à televisão e disse que ia apurar, apenas para dizer que não ia apurar coisa nenhuma. Não se apurou. Não se apuraram os arautos do Palácio, como tal Paulo César, e, como tal Coimbra, que foram até a Petrobrás pedir dinheiro para se pagar a privatização da VASP.

Discurso de privatização, com o dinheiro do povo. Escolhe-se um, ou dois ou três amigos, entre aqueles que estão no Palácio, e dão-se lhes empresas públicas a troco do próprio dinheiro público.

Quando o empresário Antônio Ermírio de Moraes diz publicamente que existe ladrão no Governo e o Ministro Passarinho, um expoente da ditadura se pronuncia pedindo a ele que nomeie, ele na verdade, o Antônio Ermírio, deve muito bem saber do que está sendo dito.

A crise que estamos vivendo na agricultura, no entanto, é a crise mais profunda, mais aguda e mais grave, porque este País vai passar o ano que vem, porque mesmo que baixe a inflação, não vai ter alimento na mesa, tanto do assalariado, do trabalhador ou do bóia-fria, como vai faltar comida na mesa da classe média.

Não vamos ter produção para alimentar o povo, e aí sem produto não há inflação e combate à inflação que agüente, Sr. Deputado.

O que nós estamos assistindo, já poderíamos vislumbrar nas propostas de propaganda da campanha presidencial. E assistimos aqui, no Paraná, a cópia mal feita, em preto e branco, de uma candidatura a Presidente, que é esta piada da candidatura José Carlos Martinez.

Copia até os gestos do Presidente da República, copia até a voz do locutor, que faz a sua propaganda. Copia na mentira, na mídia, no canhão laser, copia no show fácil, copia na falta de propostas concretas.

Nós estamos vivendo um momento no Paraná que eu ousa dizer, que o Paraná corre

um sério risco, se não se alertar para esta candidatura que aí está posta.

O Paraná deste povo que tem resistido a tantas crises precisa prestar um pouco mais atenção na cópia preto e branco e mal feita, do Sr. José Carlos Martinez.

O que vamos assistir daqui até o dia 25, Sr. Deputado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não serão respostas concretas a acusações. Não serão propostas concretas para o desenvolvimento do Paraná, mas serão programas muito parecidos com os da Xuxa, da Rede Globo, em que, ao invés de se responder acusações, vai-se na televisão e faz-se ironia para desviar a atenção do povo para aquilo que era importante.

O desastre do Plano Collor é gravíssimo, mas a sustentação deste plano, pela vontade do povo, é pior. Porque esse desastre perdurará se aqueles candidatos apoiados pelo Sr. Collor de Mello forem referendados nas urnas no dia 25. Esta é a questão principal e é preciso que se comece a denunciar. É preciso que se comece a fazer com que também a população tenha maior tino no discernimento das propostas, porque depois sem dúvida nenhuma, quando o desastre vier e a fome assolar a mesa dos trabalhadores, não irão faltar aqueles que vão pedir de joelhos a volta do arbítrio para consertar a situação que a democracia poderia ter causado.

Em 64, eu era pequeno, mas lembro das grandes caminhadas puxadas pelo Padre Paytan, da oração do terço pela família, em que o povo, como barata tonta, com uma inflação de 30% ao ano e uma dívida externa de três bilhões de dólares pensava que o mundo ia acabar. E, atrás disso, pela influência da igreja conservadora da época e da crise que se estabelecia, da falta de trato com a democracia, pediram a ditadura; e a ditadura entregou um peixe podre para a democracia. E se a democracia não conseguir resolver estes problemas, nós teremos logo, logo outros "padres paytan" com as pessoas rezando para que a ditadura volte, mas na democracia a primeira decisão quem toma é o povo. E portanto, a responsabilidade única e exclusiva, não é apenas do povo, mas das lideranças mais conscientes; lideranças que podem, efetivamente, trazer um pouco de luz a essa desgraça que estamos assistindo no nível federal e na campanha do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Só para encerrar, Sr. Presidente.

Para que possamos ao longo dos anos viver com a nossa consciência tranqüila, fizemos este registro de uma parcela, de uma partícula de um gesto deste Presidente que em oito meses está colocando o País na

mais profunda miséria. Fica este registro aqui desta tribuna.

E é momento de nós, Parlamentares, a população organizada, sindicatos, cooperativas e associações irmos para o debate, para a rua, para que isso não venha a acontecer mais. E para que isso não venha acontecer mais, é preciso que as eleições do Paraná sofram efetivamente uma disciplina, porque se o Collor tem aqui neste Estado uma disciplina do seu ponto de vista do seu Governo, é momento de julgamento do Governo Federal já nos oito meses. Não podemos esperar cinco anos, não! Não podemos prorrogar! Temos que ir ao julgamento neste instante. Dia 25 de novembro será o grande dia do julgamento e começa pelo Estado do Paraná. Nós precisamos fazer com que isso aconteça.

Fica aqui registrada a nossa voz.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulta à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PT.

Com a palavra, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes à nossa primeira sessão desta semana.

Analisando a Ordem do Dia da sessão de hoje e outras que anteriormente realizamos, percebemos algo de estranho. Inúmeras iniciativas governamentais, mensagens que propõem ratificação de convênios entre o Estado e entidades da sociedade civil de prestação de serviço.

Eu chamo a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque desde que tomei assento neste Parlamento, uma das preocupações sempre foi a de defender o respeito à Constituição Federal, à Constituição Estadual, o respeito ao regimento e a todas as normas majoritariamente discutidas e aprovadas.

Se nós formos analisar a Ordem do Dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos vendo que os projetos que pedem a nossa ratificação que celebram convênios entre o Estado do Paraná e outras entidades especificadas, a maioria deles descumprem o artigo 54 da nossa Constituição do Estado do Paraná.

Por quê?

Diz a Constituição no art.54, inciso XXI:

"Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

- Autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar

Curitiba, segunda, em 12.11.90

os que, por motivos de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração."

Então é competência privativa da Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, autorizar os convênios antecipadamente e ratificar aqueles que, por motivo de urgência ou relevante interesse público, sejam ratificados noventa dias após a celebração desses convênios.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos aí na Ordem do Dia de hoje convênio para que seja ratificado entre o Estado do Paraná e o Ministério de Minas e Energia, celebrado em 28.12.89, um ano; entre o Estado e o Município de Londrina, 16.01.90; o Estado e o Centro Positivista do Paraná, 25.05.90; o Estado e a Faculdade de Palmas, 29.12.89; o Estado e a FACICLA de Londrina, 1989; o Estado e a SUCEAM, janeiro de 90; o Estado e a COMEC, dezembro de 89; o Estado e a FASPAR, janeiro de 90; o Estado e a FERROESTE, janeiro de 90; o Estado e o IAPAR, dezembro de 89; o Estado e o Ministério da Marinha, dezembro de 89; o Estado e a FACIVEL, 89.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu chamo atenção para o respeito à nossa Constituição e chamo a atenção, tanto ao Poder Executivo bem como do Poder Legislativo, para esse dispositivo, porque senão nós, o Poder Legislativo, estaremos abrindo mão de uma prerrogativa, que é prerrogativa nossa, de apreciar, de autorizar os convênios previamente, não podemos apreciar somente após a sua celebração os convênios, temos que previamente apreciá-los, porque é matéria de competência nossa.

Somente nós vamos apreciar três meses depois no máximo e não um ano, como estamos hoje aqui apreciando esses convênios aqueles que forem exatamente de motivo de urgência ou de relevante interesse público. Então esses convênios que nós apreciamos hoje para mim não são convênios que nós apreciamos hoje para mim não são todos de relevante interesse público e em convênios de extrema urgência. Eles deveriam receber o parecer prévio, aprovação prévia deste Poder Legislativo. Chamo a atenção para que nós usemos a nossa prerrogativa e não deixemos mais o Poder Executivo e o Poder Legislativo desrespeitar o artigo n. 54 da nossa Constituição do Estado do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - "Consulto a Liderança do PDS se fará uso

do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto à Liderança do PSDB se fará do seu tempo.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor, Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 352/89, de autoria dos Deputados RENATO ADUR e LUCIANO PIZZATTO, que autoriza o Poder Executivo a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos (Ferry-Boat), na Baía de Guaratuba. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação, com resultado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) O resultado que foi aprovado. Está em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa). Treze Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa).

O Sr. Rubens Bueno - Senhor Presidente,

antes de concluir a verificação eu gostaria de pedir a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Em processo de votação não cabe chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Já está em votação e treze Senhores Deputados aprovaram e a Presidência agora quer saber quantos rejeitam. (Pausa) Três Senhores Deputados rejeitam. Não há quorum nem para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 352/89.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 499/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 309/89, 224, 341, e 459/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 152/90;

dos Projetos de Lei ns. 376, 523, 529, e 534/90;

e do Projeto de Resolução n. 112/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 453, 482, 504, 530 e 554/90;

e dos Projetos de Resolução ns. 124, 125, 126, 127, 128, 129 e 130/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições ns. 11, 13, 14, 18, 20, 23, 24 e 25/90.

Levanta-se a sessão.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA

CPI DA SAÚDE II

Aos sete dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sob a Presidência do Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a sessão com a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira pediu a dispensa da mesma, sendo aprovada. Em seguida o Senhor Presi-

dente convidou a Senhora MARIDALVA FURTADO TABALIPA para fazer o seu depoimento, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. O Senhor Presidente após ouvir a mesma agradeceu a sua presença. E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir seus efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Idília Débora Gineste, Secretária desta Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO

Presidente

IDÍLIA DÉBORA GINESTE

Secretária

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA

CPI DA SAÚDE N.º II

Aos quatorze dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa, às 9:45 horas na Sala de reunião das Comissões, reuniu-se esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sob a Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a sessão com a leitura da Ata da reunião anterior, sendo, então, aprovada. Em seguida o Senhor Presidente apresentou aos demais Deputados os depoentes presentes, as Senhoras Laís de Sá Moreira e Alzira K. Imoto Kawatani, constando-se a falta dos seguintes depoentes: Aldo Abbage (Prefeito do Município de Guaratuba) e do Senhor Manoel Antonio de Almeida Neto (Ex-secretário Estadual da Saúde) que não apresentaram justificativas para o seu não comparecimento. O Senhor Presidente convidou a Senhora Laís de Sá Moreira e fazer o seu depoimento, para logo em seguida, fazê-lo a Senhora Alzira Imoto Kawatani, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. Depois de feito os referidos depoimentos, o Senhor Presidente agradeceu as depoentes e marcou a próxima reunião para o dia 21 de novembro do corrente ano, às 9:45 e 15:30 horas para a ouvidas dos depoentes: Rubens da Silva (Presidente da Associação Paranaense dos Ostomizados), Antonio Pereira Teixeira (Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde) e Antonio de Almeida Neto (Ex-Secretário Estadual da Saúde). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar e produzir seus efeitos legais, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Idília Débora Gineste, Secretária desta Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO

Presidente

IDÍLIA D. GINESTE

Secretária